



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE


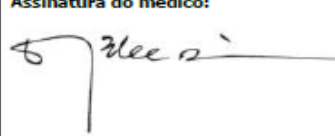
Processo: 00210906620198172001

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE VANDERLEY DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora requereu administrativamente indenização à ré, sendo realizada pericia a qual apurou fratura do complexo zigomático esquerdo, enquadrando a lesão no segmento de órgãos e estruturas crânio-faciais em grau residual (10%) , efetuando o pagamento no valor de R\$1.350,00:

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA		 Seguradora LÍDER <small>Administradora de Seguros DPVAT</small>																
DADOS DO SINISTRO																		
Número: 3180136498	Cidade: Cachoeirinha	Natureza: Invalidez Permanente																
Vítima: JOSE VANDERLEY DA SILVA	Data do acidente: 16/07/2017	Seguradora: MBM SEGURADORA S/A																
PARECER																		
<p>Diagnóstico: Fratura do complexo zigomático esquerdo.</p> <p>Descrição do exame: Vítima se queixa de cefaleia, episódios de epistaxe, obstrução nasal, tontura e anestesia em hemiface esquerda médico pericial: (superior). Ao exame, apresenta cicatriz na hemiface esquerda.</p> <p>Resultados terapêuticos: O quadro foi submetido à osteossíntese com placa e parafusos. Recebeu alta definitiva.</p> <p>Sequelas permanentes: Dano cranio facial</p> <p>Sequelas: Com sequela</p> <p>Data da perícia: 16/04/2018</p> <p>Conduta mantida:</p> <p>Observações:</p> <p>Médico examinador: Andrea Rodrigues Madeira</p> <p>CRM do médico: 19953</p> <p>UF do CRM do médico: PE</p>																		
DANOS																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</th> <th>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</th> <th>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</th> <th>% Apurado</th> <th>Indenização pelo dano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital</td> <td>100 %</td> <td>Em grau residual - 10 %</td> <td>10%</td> <td>R\$ 1.350,00</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Total</td> <td>10 %</td> <td>R\$ 1.350,00</td> </tr> </tbody> </table>	DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano	Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100 %	Em grau residual - 10 %	10%	R\$ 1.350,00	Total			10 %	R\$ 1.350,00			
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano														
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100 %	Em grau residual - 10 %	10%	R\$ 1.350,00														
Total			10 %	R\$ 1.350,00														
PRESTADOR																		
ACE GESTÃO DE SAÚDE LTDA																		
Médico revisor: OTELO CORRÊA DOS SANTOS FILHO																		
CRM do médico: 52.18145-0																		
UF do CRM do médico: RJ																		
Assinatura do médico:																		
																		

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando a mesma lesão antes detectada pela ré em sede administrativa, todavia, agora com repercussão maior.

O ilustre perito afirma que a parte autora possui lesão no segmento de órgãos e estruturas crânio-faciais com repercussão leve (25%).

Ressalta-se a discrepância entre as avaliações médicas. Administrativamente, foi apurada lesão no segmento de órgãos e estruturas crânio-faciais com repercussão residual (10%) e no presente laudo judicial a lesão com repercussão leve (25%), uma diferença gradual de 15%.

Desta forma não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Outrossim, na hipótese de condenação, salienta a ré que o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 9 de janeiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE